



# DIÁRIO

# República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XL — Nº 154

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 20 DE NOVEMBRO DE 1985

## CONGRESSO NACIONAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 358ª SESSÃO CONJUNTA, EM 19 DE NOVEMBRO DE 1985

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Discursos do Expediente

**DEPUTADOS JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS, JORGE ARBAGE, AGNALDO TIMÓTEO, SALLES LEITE, e IBSEN PINHEIRO** — Eleições realizadas em 15 de novembro.

**DEPUTADO OSVALDO NASCIMENTO** — Reforma Agrária.

**DEPUTADA IRMA PASSONI**, como Líder — Necessidade da apuração de denúncias de fraude eleitoral, que teria ocorrido em Goiânia. Desafios a serem enfrentados pelo Prefeito eleito de São Paulo, face os graves problemas sociais daquela metrópole.

**DEPUTADO NILSON GIBSON** — Eleições de 15 de novembro.

**DEPUTADO EYANDRO AYRES DE MOURA** — Apelo ao Sr. Ministro das Comunicações, no sentido da unificação das tarifas telefônicas das regiões metropolitanas.

##### 1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Aprovação, por decurso de prazo de matéria que especifica.

##### 1.2.3 — Questão de ordem

Levantada pelo Sr. Salles Leite e acolhida pela Presidência, relativa à inexistência de quorum para o prosseguimento da sessão.

##### 1.2.4 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

##### 1.3 — ENCERRAMENTO.

#### 2 — ATA DA 359ª SESSÃO CONJUNTA, EM 19 DE NOVEMBRO DE 1985

##### 2.1 — ABERTURA

##### 2.1.1 — Questão de ordem

Suscitada pelo Sr. Ferreira Martins e acolhida pela Presidência atinente à inexistência de quorum para o prosseguimento da sessão, tendo o Sr. Presidente determinado se procedesse à chamada dos Srs. Congressistas.

##### 2.1.2 — Discursos do Expediente

**DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON**, para uma reclamação — Solicitando a Mesa a correção de certidão fornecida ao Deputado Bocayúva Cunha referente aos parlamentares presentes e aos que votaram na sessão conjunta de 23 de outubro de 1985, a emenda Jorge Uequed.

**O SR. PRESIDENTE** — Resposta à reclamação do Sr. Roberto Jefferson.

**DEPUTADO WILMAR PALIS**, para uma reclamação — Falha que teria ocorrido no sistema eletrônico na presente sessão, quando da verificação de presença o nome de S. Ex<sup>a</sup> foi omitido.

**DEPUTADO BOCA YÚVA CUNHA** — Painel colocado na Cinelândia baseado em certidão fornecida pela Mesa do Senado, tendo em vista reclamação feita pelo Deputado Roberto Jefferson.

**DEPUTADO DILSON FANCHIN** — Análise das eleições de 15 de novembro do corrente ano.

**DEPUTADO FARABULINI JUNIOR** — Solicitando a inclusão em Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, que restitui aos cabos e soldados das Polícias Militares dos Estados o direito de votar.

**DEPUTADO ADAIL VETTORAZZO** — Solidariedade do PDS às reivindicações dos economiários. Notícias inserta no jornal O Estado de S. Paulo do dia 19 do corrente, sobre o assalto da casa do Presidente da República na praia do Calhau.

**DEPUTADO DIMAS PERRIN** — Reivindicações dos funcionários da Caixa Econômica Federal.

**DEPUTADO RAUL BERNARDO** — Reivindicações de servidores do SERPRO diplomados em curso superior, no sentido de exercerem suas funções no Ministério da Fazenda e sejam aproveitados na carreira de Auditor do Tesouro Nacional.

**DEPUTADO GIÓIA JÚNIOR** — Discriminação que estariam sofrendo Pastores Evangélicos, por ocasião das visitas em hospitais, a doentes sob seus cuidados espirituais.

**DEPUTADA IRMA PASSONI** — Assuntos focalizados na reunião realizada ontem entre as Lideranças Partidárias.

**DEPUTADO JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS**, como Líder — Comunicando o encaminhamento à Mesa da Câmara dos Deputados de requerimento de urgência para projeto de lei de interesse dos economiários.

**DEPUTADO RUBENS ARDENGHI** — Considerações sobre a intervenção nos bancos COMIND, Auxiliar e Maisonave.

**DEPUTADO CELSO BARROS**, como Líder — Respostas aos pronunciamentos dos Srs. Adail Vettorazzo e Rubens Ardenghi feitos na presente sessão.

##### 2.2 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei nº 6, de 1985-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1986, nas seguintes partes:

— Subanexo Poder Legislativo — Câmara dos Deputados. **Discussão sobrestada** por falta de número para o prosseguimento da sessão, após usar da palavra o Sr. Adail Vettorazzo.

##### 2.2.1 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 10 horas, com Ordem do Dia que designa.

##### 2.3 — ENCERRAMENTO

**EXPEDIENTE**  
**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

**LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS**

Diretor-Geral do Senado Federal

**JOSÉ LUCENA DANTAS**

Diretor Executivo

**JOÃO DE MORAIS SILVA**

Diretor Administrativo

**MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA**

Diretor Industrial

**PEDRO ALVES RIBEIRO**

Diretor Adjunto

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre ..... Cr\$ 3.000,00  
Ano ..... Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

## Ata da 358ª Sessão Conjunta, em 19 de novembro de 1985

### 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

#### Presidência do Sr. Passos Pôrto

#### ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Alcides Paio — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Américo de Souza — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — José Lins — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Roberto Wypych — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octavio Cardoso.

#### E OS SRS. DEPUTADOS:

##### Acre

Amitkar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Melo — PMDB; Ruy Lino — PMDB.

##### Amazonas

José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS.

##### Rondônia

Assis Canuto — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Lucena Leal — PFL; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

##### Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Benedito Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Gerson Peres — PDS; João Marques — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curtió — PFL; Vicente Queiroz — PMDB.

##### Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edisson Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; João Alberto de Souza — PFL; Magno Bacelar — PFL.

##### Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PFL.

##### Ceará

Aécio de Borba — PDS; Alfredo Marques — PMDB; Antônio Moraes — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; César Cals Neto — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PFL; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PFL; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Manoel Gonçalves — PFL; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PMDB; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Ossian Araripe — PFL.

##### Rio Grande do Norte

João Faustino — PFL; Vingt Rosado — PDS.

##### Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PFL; Antônio Gomes — PFL; Ernani Satyro — PDS; Raymundo Asfora — PMDB.

##### Pernambuco

Carlos Wilson — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Geraldo Melo — PMDB; Herberto Ramos — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Coelho — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB.

##### Alagoas

Albérico Cordeiro — PFL; Fernando Collor — PMDB; José Thomaz Nonô — PFL; Manoel Affonso — PMDB; Renan Calheiros — PMDB.

##### Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Batalha Góis — PMDB; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Hélio Dantas — PFL; Walter Baptista — PMDB.

##### Bahia

Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PCB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PC do B; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; José Lourenço — PFL; José Penedo — PFL; Jutahy Júnior — PFL; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Mário Lima — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS.

##### Espirito Santo

José Carlos Fonseca — PDS; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Wilson Haese — PMDB.

##### Rio de Janeiro

Agnaldo Timóteo — PDS; Álvaro Valle — PL; Amaral Netto — PDS; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Emmanuel Cruz — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PFL; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; José Eudes — PSB; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Roberto Jefferson — PTB; Sebastião Ataíde — PFL; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PFL; Walter Casanova — PFL; Wilmar Palis — PDS.

##### Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Altair Chagas — PFL; Antônio Dias — PFL; Antonio Villaça — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Dario Tavares — PMDB; Dimas Perrin — PMDB; Emílio Haddad — PFL; Fued Dib — PMDB; Homero Santos — PFL; Israel Pinheiro — PFL; João Herculino — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Júnia Marise —

PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB, Luiz Sefair — PMDB; Mário Assad — PFL; Melo Freire — PMDB; Nylton Velloso — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PFL; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB; Wilson Vaz — PMDB.

**São Paulo**

Adail Vettorazzo — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PC do B; Cardoso Alves — PMDB; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PFL; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Herbert Levy — PFL; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novais — PMDB; José Genoíno — PT; Maluly Neto — PFL; Marcondes Pereira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Ricardo Ribeiro — PFL; Roberto Rollemberg — PMDB; Sailes Leite — PDS; Sólton Borges — PTB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

**GoIás**

Adhemar Santillo — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; José Freire — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

**Mato Grosso**

Bento Porto — PFL, Jonas Pinheiro — PDS; Milton Figueiredo — PMDB.

**Mato Grosso do Sul**

Edison Garcia — PFL; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Rosário Congro Neto — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Ubaldo Barém — PDS.

**Paraná**

Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PFL; Italo Conti — PFL; José Carlos Martinez — PMDB; José Tavares — PMDB; Léo de Almeida Neves — PDT; Oscar Alves — PFL; Oswaldo Trevisan — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Renato Loures Bueno — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

**Santa Catarina**

Artenir Werner — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

**Rio Grande do Sul**

Amaury Müller — PDT; Darcy Pozza — PDS; Guido Moesch — PDS; Harry Sauer — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS.

**Amapá**

Antônio Pontes — PFL; Clark Platon — PDS.

**Roraima**

Júlio Martins — PMDB; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

**O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto)** — As listas de presença acusam o comparecimento de 59 Srs. Senadores e 245 Srs. Deputados.

Há número regimental.  
Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicação.

Concedo a palavra ao nobre Deputado José Mendonça de Moraes

**O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS (PMDB — MG. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, na sessão do Congresso de ontem à noite, um Deputado do PDS fez violentas críticas ao PMDB alegando que o nosso partido foi o grande derrotado nas eleições do último dia 15 de novembro.

A realidade é muito diferente. Esqueceu-se S. Ex<sup>a</sup> que hoje não mais vivemos em um bipartidarismo, mas em um pluripartidarismo bastante exigente e crescente. Se estivéssemos em um bipartidarismo, o antigo concorrente do PMDB, o PDS; estaria, mais uma vez, triturado com uma votação de apenas 5,1% nessas eleições das capitais e do interior do Brasil. No entanto, devo dizer à Nação, a este Congresso e aos Srs. Deputados que os números nos mostram exatamente o contrário. Nas capitais, através desse sistema pluripartidarista, o PMDB obteve 4 milhões, 42 mil e 501 votos, ante o resultado totalizado no dia 17 de novembro, com o percentual de 32,9%, só nas capitais. No interior, obteve 761 mil 965 votos, ou seja, 42,4%. O resultado das eleições nos mostra, bem caracterizado, que o PMDB cresceu — e cresceu muito.

Quanto aos resultados individuais, fizemos 19 prefeituras em capitais e mais de 150 no interior, conforme esta relação fornecida pela EBN, com os totais e percentuais de cada cidade, refutando aquela acusação e mostrando, ainda, que São Paulo jamais pode ser chamada de cabeça pensante política deste País. Se disscrem que outros Estados ainda sem grande expressão contam com grandes políticos, concordo. O resultado de São Paulo nada significa, se considerarmos que o Sr. Jânio Quadros, o vencedor, obteve apenas 37,5% dos votos, sobrando, portanto, 62,5% para os outros partidos, ou seja, com a maioria absoluta contra.

O PMDB tem a preocupação, sim, de atender às necessidades do povo, que constantemente lhe delega poderes. No poder, o PMDB tem a obrigação de dar as respostas concretas às necessidades do povo.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, o PMDB está aí para enfrentar a urna, para enfrentar a vontade do povo, e respeita a palavra do povo, respeita os resultados de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Fortaleza, de Porto Alegre, respeita, enfim, os resultados majoritários nos Municípios.

Sr. Presidente, o PMDB está cômico da sua responsabilidade na construção dos destinos desta Nação e respeita, portanto, o resultado das eleições de 15 de novembro.

**O SR. PRESIDENTE (Lomanto Junior)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Arbage.

**O SR. JORGE ARBAGE (PDS — PA. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, sempre defendi a tese de que no processo eleitoral, enquanto existir o homem, existirá a fraude. Não se nega, Sr. Presidente, o esforço do legislador constituinte e ordinário na sua luta constante e permanente para tentar, através de legislação adequada, extirpar a fraude no resultado das urnas. Mas nem por isso hoje, aqui, se tem a felicidade de dizer ou afirmar que esse esforço tenha sido coroado de êxito.

A Lei Etelvino Lins, fluída em feliz oportunidade, que transferia para a responsabilidade da Justiça Eleitoral todo o controle do fornecimento de transporte e alimentação para os eleitores, em cada pleito que se realize no País, demonstra ser nada mais que uma *tabula rasa* na legislação eleitoral brasileira. Assistimos, por exemplo, através da eficiente contribuição dos órgãos de comunicação, em várias capitais do País, aos eleitores serem transportados em carros fretados pelos candidatos e pelos partidos políticos, de uma maneira acintosa. Sr. Presidente, sem que a Justiça Eleitoral tivesse estrutura para exercer uma fiscalização adequada e rígida no sentido de impedir os abusos e excessos cometidos nesse pleito.

Acabamos de ouvir, há poucos instantes, um registro do eminente Líder do PMDB querendo demonstrar que o resultado das eleições de 15 de novembro foi substancialmente favorável ao partido do Governo.

Mas, Sr. Presidente, aqui estamos para trazer ao conhecimento da Casa um dos maiores escândalos de frau-

de comprovada, com o documento a ser exibido desta tribuna, o que demonstra claramente que a vitória atribuída ao PMDB está maculada na sua estrutura. E que aqui não se exija o ônus da prova de quem acusa, porque está formalizada em documento com firma reconhecida em cartório público, mas do próprio responsável pela prática deste ato que deve ter ocorrido não apenas isoladamente, mas que representa simplesmente o perfil do que possa ter acontecido nos demais Municípios que concorreram às eleições.

Sr. Presidente, quero fazer a leitura deste documento, por sua importância transcendental para o próprio Governo, que ontem na televisão, fez uma afirmação com a qual concordamos, quando disse que estas foram as eleições mais livres de toda a História do País. E eu acrescentaria, tão livres, e tão fáceis, que se propuseram alguns candidatos a praticar fraude, como comprova documento que passo a ler:

**“Estado da Bahia**

**CAMARA MUNICIPAL DE CAMAÇARI  
ACORDO POLÍTICO**

Pelo presente firmamos acordo irrevogável e irratável no qual os infra-firmados se comprometem sob o penho da honra:

Como se quem pratica um ato desses, Sr. Presidente, tivesse honra para penhorar!

“1 — Vereador José Elis; comparecer aos eventos políticos promovidos pelo PMDB a partir de 10 de outubro de 1985, dando total e integral apoio à candidatura de Luiz Caetano a Prefeito de Camaçari.

2 — Vereador Luiz Caetano; assegurar que o Vereador José Elis nomeará o Secretário de Educação, Sr. Hedefonso Francisco dos Santos Filho, Diretor da Decasa o Sr. Noedson Alves dos Santos e o Diretor Presidente da Fusanc, credenciar a futura clínica de propriedade do Dr. José Elis junto ao INAMPS — MPAS. Pagar a importância de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), sendo neste ato Cr\$ 150.000.000 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros) e o restante até 15 de janeiro de 1986.

Valendo este acordo até 31 de dezembro de 1988, Camaçari, 9 de agosto de 1985. — **Luiz Caetano — Luiza Costa Maia.**

Agora, o mais grave, Sr. Presidente, está neste recibo:

“Recebi a importância supra de 150 milhões de cruzeiros, em 9 de agosto de 1985. Vereador José Elis. Com firma reconhecida em cartório público.”

Sr. Presidente, eu sentiria vergonha de ocupar a tribuna do Congresso Nacional para projetar a vitória do meu partido enquanto não pudesse repelir esta prova contundente para mostrar que o PMDB ganhou as eleições dentro da lisura, da decência e não através de um processo visível de corrupção eleitoral.

**O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Agnaldo Timóteo.

**O SR. AGNALDO TIMÓTEO (PDS — RJ. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, depois da tormenta do dia 15 de novembro, algumas considerações devem ficar registradas nos Anais da Casa do Povo Primeiro, acredito que o fato mais importante tenha ocorrido em Fortaleza, onde uma candidata operária derrota uma candidatura milionária, fato inusitado, que, por certo, será estudado com muito cuidado pelas lideranças do partido do Governo.

Segundo, a vitória de D. Gardênia, no Maranhão, a qual teve que enfrentar os filhos do Presidente da República e o próprio Presidente, que no dia 14, em São Luís, foi para o balcão do aeroporto “encher a bola” do seu Estado, que evidentemente tem o Presidente da República, e acha que isso não significou referendar o nome do seu candidato.

Terceiro, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, está mais uma vez caracterizada a punição de um Ser Supremo sobre os covardes, traidores, desertores e conspiradores. Deus, na sua onipotência, castigou todos os Governadores desertores e covardes, conspiradores e traidores, que não respeitaram o resultado limpo e livre de uma comissão partidária. E então, Sr. Presidente, Deus, na sua onipotência, acaba de dar mais uma lição a esses cava-

lheiros, os Governadores Luiz Gonzaga Motta, Roberto Magalhães, João Durval, Divaldo Sruagay; o Governador do Maranhão; o do Piauí; o de São Paulo; os Governadores Jair Soares, Hélio Garcia.

Todos eles receberam uma punição exemplar. Todos, Aureliano Chaves, Marco Maciel, foram exemplarmente justificados. Deus fez justiça ao puni-los, porque hoje o quadro nacional poderia ser outro, inclusive até mais confiança.

O Deputado Paulo Maluf foi execrado e massacrado no País levando-se a população a acreditar que um candidato era culpado pela desgraça nacional, abrindo-se espaço para qualquer canalha que quisesse falar mal de um candidato e negando-se espaço para os outros que queriam defendê-lo e até mesmo aos que queriam falar sobre a participação nacional do outro candidato, o qual nunca fez nada pelo povo desta Nação, o Dr. Tancredo Neves. Outros fatos, com o tempo, virão à baila, como o próprio relacionamento familiar de Tancredo Neves. O tempo fará com que as verdades sejam postas nos seus devidos lugares. E o povo ficará muito indignado quando souber que foi manipulado conduzido e levado a acreditar numa união que nunca existiu.

Conseqüentemente, Sr. Presidente, acredito que, como primeira lição, foi muito boa. Os Governadores desertores, conspiradores, traidores e fisiológicos — porque hoje sabemos que aqueles que apoiaram o candidato do outro lado trocaram seu apoio por cargos — foram punidos.

Estamos gratificados. E continuo dizendo: se eu não poderia votar em Paulo Maluf — e digo isso para o Deputado José Frejat — também não poderia votar em José Sarney, porque eram do mesmo time, vieram do mesmo lado, usaram o mesmo sistema, fortaleceram-se e ficaram famosos dentro do mesmo regime — ARENA e PDS. Onde estaria a coerência, porque eu não poderia votar em Paulo Maluf e poderia votar em José Sarney? Por que a Nação brasileira foi tão conduzida e manipulada a acreditar que Paulo Maluf era culpado pela desgraça nacional, se ele era apenas um modesto Deputado, e o outro era o Presidente da ARENA e do PDS?

O tempo passa e a verdade é colocada no seu devido lugar. Chegaremos lá, se Deus quiser.

**O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) —** Concedo a palavra ao nobre Deputado Salles Leite.

**O SR. SALLES LEITE (PDS — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) —** Sr. Presidente, Srs. Congressistas, finalmente, as tão almeçadas mudanças começaram a surgir em São Paulo, após as eleições de 15 de novembro:

1ª Mudança — Nova Democracia. O conceito de democracia do candidato oficial derrotado não é aquele que todos imaginavam. Não. É igual ao das democracias populares, ao das ditaduras socialistas de partido único, isto é, democrata e progressista é quem votou no candidato oficial. O resto do povo é fascista.

2ª Mudança — Nova aritmética. A nova aritmética do PMDB ensina o seguinte: a maioria da população paulista não escolheu o candidato vitorioso Jânio Quadros. É verdade. Verdade mais eloqüente, ainda, é que uma maioria muito maior, em números absolutos e relativos, não escolheu o candidato do PMDB e do Sr. Franco Montoro. Eis a nova aritmética.

3ª Mudança — Nova comunicação. Pela primeira vez, o PRM — Partido Roberto Marinho não conseguiu manipular a opinião pública através de suas mais expressivas lideranças — Viúva Porcina e Sinhózinho Malta. Pior: tentou-se confundir a opinião pública na divulgação dos resultados, criando um clima falso. Será que estavam esperando dar algum golpe eleitoral, como fizeram em 82, no Rio, conforme denunciou e provou o *Jornal do Brasil*?

4ª Mudança — Democratização da corrupção eleitoral. O PMDB conseguiu corromper tudo com o uso da máquina: meios de comunicação, bocas de urna, prefeituras do interior que enviaram ônibus oficiais e particulares lotados de eleitores e de "boquistas", máquina estatal a nível municipal e estadual. No local em que votei, em que havia uma só entrada, uma só fila, os "boquistas" trombavam entre si. Num local só, contei 14. E tenho testemunha.

5ª Mudança — Queda da ditadura do PMDB. Esta não conseguiu vingar por inteiro. O Governador Montoro continuou a ser o maior enganador de São Paulo ao de-

clarar que convive com prefeituras de partidos que não o dele próprio. Os prefeitos do interior sabem que ele discrimina violentamente, até prefeitos do PMDB. Vamos precisar repetir a dose em 15 de novembro de 86, para que a quinta mudança se concretize.

**O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) —** Concedo a palavra ao nobre Deputado Ibsen Pinheiro.

**O SR. IBSEN PINHEIRO (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) —** Sr. Presidente, Srs. Congressistas, tendo lido nos jornais dos últimos dias e ouvido nas emissoras de rádio e televisão, com alguma insistência, que o PMDB perdeu as últimas eleições no País, sinceramente fico surpreso e com alguma dificuldade para avaliar os números à disposição de todos nós. O PMDB fez mais votos do que todos os partidos, se se adotar o critério do sistema do voto unitário do eleitor. Mas, se se adotar o critério compartimentado, talvez o mais adequado, e se examinar o resultado por circunscrição eleitoral, ver-se-á que o PMDB fez 19 Prefeitos, contra 2 nas Capitais — daquele partido que vem em segundo lugar — e contra um Prefeito dos demais três partidos que vêm em terceiro lugar.

Ora, Sr. Presidente, dizer que é perdedor um partido que elegeu 19 Prefeitos, ou talvez 20, conforme se considere o resultado do Recife, também favorável ao PMDB; dizer que esse partido perdeu as últimas eleições e que nela foram vencedores partidos que elegeram dois prefeitos ou apenas um é realmente matéria que demanda grande sustentação por parte de quem formule e defenda tal tese.

É claro, Sr. Presidente, que nem tudo é número numa eleição. Não se pode, por exemplo, ignorar ou deixar de reconhecer o crescimento que experimentou o Partido dos Trabalhadores, que não tinha uma Prefeitura sequer nas Capitais e hoje detém a importantíssima Prefeitura de Fortaleza. É claro que não se pode ignorar ou onegar a grande expressão eleitoral que o PT alcançou em diversas Capitais como segundo ou terceiro lugar, mas esta já seria uma análise aprofundada, que teria em vista não meramente os resultados numéricos, muito mais o conteúdo do desempenho, no caso do PT.

É por isso, Sr. Presidente, que também se pode reconhecer que o PMDB sofreu algumas derrotas que devem merecer a sua avaliação; e seguramente já estão merecendo essa avaliação, como é o caso de São Paulo, especialmente de Fortaleza, de Porto Alegre e seguramente do Rio de Janeiro; mas jamais se admitindo que esta avaliação possa violar a expressão numérica que indica o desempenho excepcional deste partido, que continua a ser o grande escoadouro da vontade nacional e que se reafirmou nos centros urbanos, como, da mesma forma, teve altíssimo desempenho nas cidades do interior dos Estados.

Essa avaliação, Sr. Presidente, claro, é apenas, nesses primeiros dias, o começo de um aprofundado debate que todos faremos nesta Casa e nas reuniões partidárias, mas que só será proveitoso se respeitada a verdade dos números tal como ela se apresenta.

**O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) —** Concedo a palavra ao Deputado Osvaldo Nascimento.

**O SR. OSVALDO NASCIMENTO (PDT-RS. Sem revisão do orador.) —** Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ontem à tarde, recebemos a visita do Sr. Ministro da Reforma Agrária. Dentre muitas perguntas que formulamos, nós o inquirimos a respeito dos produtores rurais, que, possuindo a terra, tendo a titularidade do imóvel, se vêm a braços hoje para fazer face aos pagamentos de financiamentos ao Banco do Brasil, a financeiras e a empresas creditícias particulares.

O Sr. Ministro simplesmente nos respondeu dizendo que as execuções que acontecem de parte dos Bancos contra devedores agricultores foram objeto de discussões por S. Ex. travadas com os Ministros da área econômica.

O que não pode acontecer é que o Governo dê com a mão esquerda e tire com a mão direita. Reforma agrária tem de começar já e agora, com a assistência ao pequeno e ao médio produtor rural, tese que discutimos já na Comissão de Reforma Agrária e na Comissão de Agricultura. Seria até desumano que o Governo da Nova República, ao invés de resolver as questões sociais existentes hoje, criasse um leque de perspectivas sem solução.

Justifica o Sr. Ministro que a rubrica orçamentária para o Ministério da Reforma Agrária é de apenas 700 bilhões e 624 milhões de cruzeiros, isto é, 0,11% do Orçamento Fiscal da União. O Sr. Ministro não teve condições de contra-argumentar, muito menos de dar uma resposta plausível. Omitiu-se, silenciou; tangenciou o assunto e, em verdade, não provou por que veio, aqui, na Câmara, dar explicações aos Deputados e a esta Casa.

Assim sendo, propomos ao Sr. Ministro da Reforma Agrária que, concomitantemente com o estudo dos latifúndios improdutivos, comece o Governo, desde logo, a adquirir os imóveis que foram colocados à venda por proprietários rurais falidos, que não tiveram condições de sobreviver em suas terras.

Lamentavelmente, o que vemos nos jornais, nas televisões, nas rádios, enfim, na Imprensa brasileira, são anúncios de venda de glebas, de chácaras, de sítios, de fazendas e de estâncias, porque os proprietários rurais estão vivendo momentos de extrema necessidade e não têm condições de levar adiante seu projeto de aumento de produção, em vista de terem de pagar juros escorchantes a banqueiros vorazes que, sem dó e sem pena, os levam à execução na Justiça Comum.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a partir de hoje, trava-se, nesta Casa o debate sobre o Orçamento Fiscal da União e queremos chamar a atenção dos senhores representantes do povo para as rubricas do fundo de reserva de contingência, ao qual são destinados 27 trilhões de cruzeiros; para os encargos gerais da União, com mais de 28 trilhões de cruzeiros; e para as despesas da União, em 243 trilhões de cruzeiros. Em contrapartida, o Ministério da Agricultura receberá apenas 8,5 trilhões de cruzeiros, aproximadamente.

Por outro lado, enquanto o Ministério da Agricultura recebe uma destinação anual, para aplicar durante um ano inteiro, de 8,5 trilhões de cruzeiros, os banqueiros internacionais recebem a cada 30 dias, mais de 11 trilhões de cruzeiros. Desse modo, não há que se falar em mudança.

A política financeira monetarista do Governo continua muito viva, sem nenhuma mudança. E as eleições de 15 de novembro provaram que o embuste, o blefe e a mentira tem pernas curtas. Nas próximas eleições, aqueles que engabelaram e iludiram o povo serão novamente julgados e, não temos dúvida, o grande vitorioso será o povo brasileiro.

Precisamos mudar com a moratória já e eleições diretas para Presidente da República ainda em 1986.

**O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) —** Concedo a palavra à nobre Deputada Irma Passoni, como Líder do Partido dos Trabalhadores.

**A SRA. IRMA PASSONI (PT-SP. Sem revisão da oradora.) —** Sr. Presidente, Srs. Congressistas, mais uma vez, venho a esta tribuna para registrar a nossa estranheza por ver o Tribunal Regional Eleitoral de Goiânia negar ao Partido dos Trabalhadores a recontagem de votos, quando há provas cabais, inclusive com fotografias e o testemunho de dezenas de pessoas, de fraude, ocorrida em plena rua, com a abertura de urnas.

A primeira questão que colocamos é a seguinte: será que realmente o Tribunal Regional Eleitoral está querendo ser conivente com o Governador Iris Resende, que, através da imprensa, principalmente da Rede Globo de Televisão, na madrugada de sexta-feira, disse: "Podem verificar, está tudo aberto; querendo, podem recontar os votos, porque a apuração em Goiânia foi honesta"?

Há uma contradição entre a afirmação do Governador Iris Resende e a decisão do Tribunal Regional Eleitoral, ontem, ao negar ao Partido dos Trabalhadores a recontagem dos votos.

Parece — isso temos de deixar claro, aqui — que há um medo declarado e evidente do Tribunal de reconhecer oficialmente que houve fraude nas eleições de Goiânia.

É preciso que o fato fique registrado nesta Casa, porque a população de Goiás, principalmente de Goiânia, saberá responder politicamente ao Governador Iris Resende por esta atitude injusta, desonesta e comprometedora que tomou em Goiás; em conluio com o Tribunal Regional Eleitoral.

Portanto, deixamos registrados aqui essa nossa estranheza pela atitude do Tribunal Regional Eleitoral. Vamos recorrer ao Tribunal Superior Eleitoral para que

haja a recontagem dos votos em Goiânia. E ponderamos que, para a lisura do ato do próprio Tribunal Regional Eleitoral, em Goiânia, pela importância da Justiça, e para que não haja desconfiança em relação a algum setor dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Tribunal Superior Eleitoral, é necessário que se faça justiça, procedendo à recontagem dos votos, nem que seja para admitirmos a derrota, se ela acontecer.

Portanto, que se apague da história a desconfiança que existe em relação à apuração das eleições para Prefeito daquela Capital.

É este registro que queremos deixar bem claro aqui, porque o preço político que o Sr. Iris Resende e o próprio PMDB pagarão será muito alto. Por que não admitirem, com toda a sinceridade e honestidade — como o próprio Presidente José Sarney admitiu, ontem, a sua derrota no Maranhão, como outros o fizeram em outros Estados — a sua derrota?

A democracia exige que se respeitem os resultados das urnas. Alguns admitem o resultado e outros nem querem aceitar a revisão dos votos.

Portanto, fazemos um apelo para que sejam limpas as eleições de 1985 nas capitais, para que não haja dúvida de fraude, porque ela paira no ar, testemunhada pela imprensa, amplamente divulgada, e na consciência real dos eleitores de Goiânia.

Por outro lado, o Partido dos Trabalhadores conseguiu um bom desempenho nessas eleições. A que se deve isto? Primeiro; tivemos uma eleição importantíssima no Brasil, esta, realizada nas Capitais, onde está concentrada a maioria da população brasileira. E nelas se concentram os maiores problemas nacionais, como, por exemplo, a questão da educação, a do menor, a da habitação, a da segurança, a do transporte, a do abastecimento etc. Portanto, a alta votação que obteve o Partido dos Trabalhadores e seu crescimento relativo demonstram que deve haver mais seriedade na administração das grandes capitais brasileiras; que é preciso que se repense o fato de que a democracia traz imenso bem social às grandes cidades. Depois de vinte anos, iremos realmente discutir os problemas das capitais, coisa que durante todo esse período não foi feita especificamente. Discutiu-se em nível de Legislativo estadual e nas Câmaras Municipais, mas os problemas urbanos não foram abordados.

Para nós, na democracia brasileira, é essencial que os problemas urbanos sejam amplamente discutidos, porque, do contrário, chegará a tal ponto a falta de solução para eles que a violência aparecerá em todos os níveis: na luta pela habitação e a nível da segurança pessoal. A violência será praticada pela própria criança, na busca de assistência e saúde, se tornará incontrolável.

As eleições nas Capitais trazem, portanto, um grande benefício. Os candidatos são agora desafiados a analisar amplamente os problemas e a discutir-los, principalmente trazendo propostas práticas para a solução das carências urbanas essenciais.

Pergunto, por exemplo, o que espera o Prefeito de São Paulo, cidade onde cerca de 75% dos trabalhadores têm uma renda inferior a 5 salários mínimos e, mais grave, 30% deles recebem até dois salários mínimos. Temos em São Paulo 3 milhões e 100 mil crianças carentes e 600 mil crianças abandonadas, que vivem na rua, sem qualquer referência. Temos ainda em São Paulo o problema gravíssimo da segurança. Trago alguns dados:

“São Paulo, outubro de 1985. Homicídios dolosos: 308. Furtos: 10.492. Roubos: 4.033. Furtos e roubos a veículos: 4.390. Roubos a instituições financeiras: 34. Roubos a cofres de ônibus: 125. Por trás destes números frios, tabelas estatísticas rabiscadas em gráficos para serem analisados por técnicos nos confortáveis gabinetes, a cidade padece de um pânico silencioso e de um medo que persegue cada cidadão como uma sombra que incomoda ou chateia.”

Estas são as informações do jornal *O Estado de São Paulo*, edição de domingo.

Outro problema urgente é o do transporte, nos módulos do metrô, ônibus e feito pela Cepasa. Neste setor há um desafio muito grande a vencer, porque os trabalhadores de São Paulo demoram de três a quatro horas no transporte coletivo, somando o tempo da manhã e o da noite. É algo absurdo e inumano. Não dá para suportar. São dezenas de pessoas que caem das portas de ônibus,

ficam penduradas ao veículo e batem nos postes ou em outros carros, no desespero de entrar no ônibus e não chegar atrasado ao trabalho. Além do cansaço, do desgaste, do absurdo, são transportados em condições piores do que as de animais, porque o animal vai acomodado no caminhão, e gente viaja empilhada. É preciso dizer que o transporte coletivo em São Paulo produz altíssima renda, um lucro inacreditável, e a prestação de serviço que oferece é das piores, em condições subumanas. Quando se tenta tomar um ônibus, para ir trabalhar, nem se consegue entrar nele, e quando se entra, não se consegue mover e nem sair. Muitas pessoas, inclusive, acabam ficando penduradas nas portas dos ônibus.

Outro problema gravíssimo que espera o Sr. Prefeito de São Paulo é o da habitação. Temos em São Paulo 4 milhões e 600 mil pessoas que moram em cortiços e favelas, cujos barracos evidentemente não podem ser chamados de habitações.

E sabemos que, na luta por moradia, em São Paulo, têm acontecido atos de desespero, como ocupar áreas públicas vazias, que se destinariam a praças, de tal forma que não sobram áreas para lazer. Ocupam-se também áreas particulares, como aquelas da Santa Casa, e ainda sobram muitas. São atos de desespero, acompanhados de violência extrema, e queremos saber do Sr. Prefeito de São Paulo qual é a saída para este desafio.

Quero registrar ainda, Sr. Presidente, as experiências diárias de pedidos de compra e projetos elaborados pela própria população. Temos o exemplo do Parque Fernando, onde moro. Ali lutamos durante quatro anos para conseguir o projeto de 3.500 casas, do Instituto Adventista, e outros projetos, como Cachoeirinha e outros bairros onde se conseguiu, a duras penas, que a Prefeitura comprasse a área e fizesse o financiamento. A própria população decidiu como seriam as casas, de que material deveriam ser construídas. Nesta experiência, por exemplo, descobriram-se materiais excelentes, a preços muito abaixo daqueles que a COHAB ou as empreiteiras cobravam para construir, o que encarece a moradia e torna injustável pagar as prestações. A própria população sabe da saída para os problemas.

Os prefeitos, em 1985, realmente foram eleitos pelo voto popular. A qualidade desta eleição é diferente da nomeação de Prefeitos. A única responsabilidade que os Prefeitos eleitos têm é a de ouvir a população e com ela decidir.

A primeira decisão é a do Orçamento, que, lamentavelmente, estamos discutindo inutilmente nesta Casa, porque não decidimos sua elaboração, nem que destino lhe deveria ser dado. Recebemos um pacote pronto, e desejamos que seja o último da História do Brasil. Se este Parlamento não decidir sobre o Orçamento, para que serve? Esta é uma das atribuições essenciais para o nosso funcionamento. Temos de eliminar a Lei nº 4.320 e tornar prerrogativa do Congresso a elaboração do Orçamento.

**O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto)** — Tem a palavra o Deputado Nilson Gibson.

**O SR. NILSON GIBSON (PFL — PE.** Pronúncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, as eleições municipais já pertencem ao passado. A próxima batalha eleitoral será a das eleições gerais para Governadores de Estado, Assembleias Legislativas estaduais e, sobretudo, para a composição do Corpo Constituinte com o encargo de oferecer à Nação a nova Lei Fundamental de que o País não pode prescindir, obviamente.

Não vou discutir, neste pronunciamento, se o pleito para prefeitos atendeu plenamente a determinados requisitos de ordem absolutamente regular, sendo possível que em alguns pontos do território nacional tenham ocorrido situações decerto pouco desejáveis. Porque, no fim das contas, é de todos conhecido o panorama eleitoral do País, que desde muito está a requerer uma revisão indispensável.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é de se reconhecer o fato de que a Justiça Eleitoral, malgrado circunstâncias em tantos casos adversas, atuou no plano nacional da maneira mais correta. Tanto que se verificaram ocorrências deveras originais, com relação, por exemplo, à repressão ou à vigilância contra as fraudes que poderiam comprometer a lisura do pleito.

Em Cujabá, um Juiz Eleitoral comportou-se até de modo extravagante; mandou expedir cerca de dez mil mandados de prisão para serem preenchidos pelos presidentes de mesa, por ocasião da realização das votações, nos casos em que se viesse a constatar qualquer tentativa de fraude nas seções eleitorais. Argumentou o Magistrado que assim procedia em função dos fortes rumores sobre a preparação de trampolinagens ou irregularidades várias no dia da votação.

Decidiu, em consequência, dar plena autoridade e até reforçar o poder dos presidentes, que também obtiveram mandados de apreensão de quase 500 títulos eleitorais, cancelados por não estarem conforme, mas que se encontravam em poder dos “eleitores” e, portanto, possibilitando a dupla votação de quem assim pretendesse votar.

Não é fácil depreender-se de tais fatos comprometedores da verdade eleitoral a certeza de que é francamente contestável o quadro que se apresenta como retrato da realidade brasileira, no campo da moralidade eleitoral. Há espaços sombrios no terreno da pureza do sufrágio universal entre nós, que estão urgentemente reclamando reestudos, como uma sistematização.

O Presidente José Sarney já se demonstrou ansioso por uma revisão, pelo Tribunal Superior Eleitoral, de todo o alistamento eleitoral no País. É preciso fazer um recadastramento dos que votam no Brasil, promovendo um tipo de expurgo que se está constituindo num fator de negação da própria democracia, por tantos decantada, mas apenas “para inglês ver”. Ou se promove de uma vez por todas as alterações que a paisagem eleitoral vem requerendo há tanto tempo, ou o nosso aprimoramento democrático não se armará de outro sentido que não o de marcar passo numa retórica política sem a mínima base na realidade eleitoral do País.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, passo a ter notícia divulgada no jornal *O Globo*, de 12-11-85, sobre o recadastramento e o interesse do Ministro Néri da Silveira, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, em imediatamente, iniciar o serviço, preferencialmente, nos casos de denúncias:

#### “RECADASTRAMENTO VAI COMEÇAR ONDE DENÚNCIAS SÃO MAIORES

**BRÁSILIA** — O Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Néri da Silveira, anunciou ontem que concluirá até o final do ano o projeto de recadastramento de todos os eleitores do País, que deverá ser encaminhado ao Congresso no início da próxima sessão legislativa. Néri, que conversou ontem sobre o assunto por mais de uma hora com o Ministro da Justiça, Fernando Lyra, disse que o plano dará prioridade à revisão do eleitorado das regiões onde as denúncias de fraude são mais intensas.

Se a grande preocupação é termos a verdade eleitoral expressa nas eleições da Constituinte, então também devemos nos preocupar com essas regiões — afirmou o Presidente do TSE, acrescentando não ter ainda condições de prever se o eleitorado de todos os Estados já estará recadastrado para as eleições do próximo ano.

O Ministro da Justiça — que chegou a levar ao Presidente José Sarney um projeto de recadastramento, tal como o Ministro da Desburocratização, Paulo Lustosa — apresentou ao Presidente do TSE os principais pontos de seu trabalho e saiu satisfeito da audiência, afirmando ter encontrado em Néri da Silveira “uma decisão muito firme de fazer o recadastramento”. Ele disse que sua proposta será aprovada no projeto do TSE — assim como a de Lustosa — “num conjunto de esforços para um objetivo comum”.

Néri da Silveira, por seu lado, definiu o recadastramento como uma “grande revisão do eleitorado brasileiro, trabalho a ser coordenado pelo TSE, que aproveitará os projetos existentes como valiosos subsídios”. Para ele, a iniciativa é uma deliberação política dos três Poderes: o Executivo encaminha a matéria ao Congresso, o Legislativo a aprova e o Judiciário a executa.

O Presidente do TSE e o Ministro da Justiça concordaram em que o título de eleitor não deve, em princípio, ser extinto, conforme sugeriu o Ministro Paulo Lustosa. De acordo com Lyra, o título “é um

documento de cidadania, pois a pessoa só se sente cidadão quando vota".

Frisando estar falando apenas em seu nome pessoal — já que não existe ainda nenhuma definição quanto ao projeto — Néri apresentou argumento semelhante em favor da permanência do título."

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, formulo um veemente apelo ao Ministro Néri da Silveira no sentido de acatar a denúncia formulada pelo Deputado Cintra Galvão (PFL — PE), com assento na Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, que dirigiu denúncia ao Tribunal Regional Eleitoral, em Pernambuco, para verificar a existência de fraude no alistamento eleitoral nos Municípios de Tacaimbó, Belo Jardim e São Caetano, pois, verificada a fraude, como realmente constou na denúncia, o TRE, em Pernambuco, deve proceder à revisão do eleitorado, conforme dispõe o § 4º do art. 71 do Código Eleitoral.

Aguardo decisão do TSE, através do ilustre e nobre Presidente Néri da Silveira, concernente ao problema trazido à discussão na sessão de hoje.

Oportunamente voltarei ao assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao Deputado Evando Ayres de Moura.

**O SR. EVANDRO AYRES DE MOURA** (PFL — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ocupo, neste momento esta tribuna, para um apelo ao Sr. Ministro das Comunicações Antonio Carlos Magalhães.

É o problema das ligações telefônicas das Regiões Metropolitanas. Com as Centrais quase sempre localizadas nas capitais, há cobrança diferenciada de tarifas, com taxas interurbanas. Com isso, muitos escritórios de empresas deixam de ficar nas fábricas ou indústrias, para serem instalados na capital, visando ao barateamento das comunicações com os bancos principalmente.

No Ceará, por exemplo, quem está em Fortaleza, com telefone em Messejana e vai telefonar para um amigo no final do Conjunto Ceará ou Aracapé, tem uma ligação muito mais distante do que quem está em Mondubim ou no Conjunto José Walter e vai para a Ceasa ou o Conjunto Industrial em Maracanaú, Município da Região Metropolitana, mas pagará como interurbano.

Diante disso, urge que o Ministério das Comunicações adote a tarifa local para o complexo de ligações entre os Municípios da região Metropolitana.

Deixo aqui o apelo da maioria dos usuários de telefone das Regiões Metropolitanas, certo de que o Ministro Antonio Carlos Magalhães dará uma solução ao problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Esgotado o prazo estabelecido no § 1º do art. 55 da Constituição, para apreciação, pelo Congresso Nacional, do Decreto-lei nº 2.157, de 1984, sem ter havido deliberação, o Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1985-CN, a ele referente, foi incluído em Ordem do Dia, em 10 sessões subsequentes, conforme determina o citado dispositivo constitucional *in fine*.

Cumprida a exigência constitucional sem que sobre a matéria o Congresso haja se manifestado, o texto do Decreto-lei é considerado aprovado (const.; art. 55, § 1º, *in fine*, combinado com o art. 51, § 3º, *in fine*), ficando, em consequência, prejudicado o Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1985-CN.

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Realmente, não há *quorum* em Plenário. Em face disto, toda a matéria constante da pauta da Ordem do Dia fica suspensa, por falta de número para deliberação.

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste Plenário, destinada à apreciação do Projeto de Lei nº 6, de 1985-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1986.

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Está encerrada a sessão

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 30 minutos.)

## Ata da 359ª Sessão Conjunta, em 19 de novembro de 1985

### 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

#### Presidência do Sr. José Fragelli

#### ÀS 19 HORAS E 50 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Alcides Paio — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Guerros — Alexandre Costa — Américo de Souza — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — José Lins — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Roberto Wypych — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octavio Cardoso.

#### E OS SRS. DEPUTADOS:

##### Acre

Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Melo — PMDB; Ruy Lino — PMDB.

##### Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frola — PMDB.

##### Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PMDB; Leônidas Rachid — PDS; Lucena Leal — PFL; Múcio

Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PFL.

##### Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Arnaldo Moraes — PMDB; Benedicto Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Dionísio Hage — PFL; Gerson Peres — PDS; João Marques — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió — PFL; Vicente Queiroz — PMDB.

##### Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteria — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PFL; João Alberto de Souza — PFL; Magno Bacelar — PFL; Nagib Haickel — PDS; Victor Trovão — PFL.

##### Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Correia Lima — PFL; Heráclito Fortes — PMDB; Jônathas Nunes — PFL; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PFL.

##### Ceará

Aécio de Borba — PDS; Alfredo Marques — PMDB; Antônio Moraes — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; César Cals Neto — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PFL; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marçílio — PDS; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PFL; Haroldo Sanford — PDS; Leone Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Manoel Gonçalves — PFL; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PMDB; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Ossian Araripe — PFL; Sérgio Philomeno — PFL.

##### Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PFL; Assunção de Macêdo — PMDB; Jessé Freire — PFL; João Faustino — PFL; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

##### Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PFL; Antônio Gomes — PFL; Carneiro Arnaud — PMDB; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PFL; João Agripino — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB.

##### Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Geraldo Melo — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PFL; Herberto Ramos — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; Jarbas Vasconcelos — PSB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Mendonça Bezerra — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Osvaldo Coelho — PFL; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PCR; Thales Ramalho — PFL

##### Alagoas

Albérico Cordeiro — PFL; Fernando Collor — PMDB; Geraldo Buihães — PMDB; José Thomaz Nonô — PFL; Manoel Affonso — PMDB; Renan Calheiros — PMDB; Sérgio Moreira — PMDB.

##### Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Batalha Góis — PMDB; Carlos Magalhães — PDS; Cel-

so Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Hélio Dantas — PFL; Walter Baptista — PMDB.

**Bahia**

Afrísio Vieira Lima — PFL; Ângelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PTB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PTB; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PCB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PC do B; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PFL; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; José Lourenço — PFL; José Penedo — PFL; Jutahy Júnior — PFL; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Mário Lima — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Raymundo Urbano — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PFL; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

**Espírito Santo**

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Wilson Haese — PMDB.

**Rio de Janeiro**

Agnaldo Timóteo — PDS; Alair Ferreira — PDS; Álvaro Valle — PL; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Clemir Ramos — PDT; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Edson Tessier — PTB; Emanuel Cruz — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PFL; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PSB; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Léo Simões — PFL; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Márcio Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PFL; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PFL; Walter Casanova — PFL; Wilmar Palis — PDS.

**Minas Gerais**

Aécio Cunha — PFL; Altair Chagas — PFL; Antônio Dias — PFL; Antônio Villaga — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Dario Tavares — PMDB; Dimas Perrin — PMDB; Emílio Gallo — PFL; Emílio Haddad — PFL; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Israel Pinheiro — PFL; Jairo Magalhães — PFL; João Hercúlio — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Mário de Oliveira — PMDB; Melo Freire — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Osvaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcelos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PFL; Ronan Tito — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

**São Paulo**

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PMDB; Alberto Goldman — PCB; Armando Pinheiro — PTB; Aurélio Peres — PC do B; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PFL; Djalma Bom — PT; Doreto Campanari — PMDB; Estevam Galvão — PFL; Farabulini Júnior — PTB; Felipe Cheidde — PMDB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral

— PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Gióia Júnior — PDS; Herbert Levy — PFL; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Camargo — PFL; José Genoíno — PT; Maluly Neto — PFL; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PFL; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Ricardo Ribeiro — PFL; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Sólton Borges — PTB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

**Goiás**

Adhemar Santillo — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; José Freire — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

**Mato Grosso**

Bento Porto — PFL; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Milton Figueiredo — PMDB.

**Mato Grosso do Sul**

Albino Coimbra — PDS; Edison Garcia — PFL; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Rosário Congro Neto — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Ubaldo Barém — PDS.

**Paraná**

Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PFL; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kifturi — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PFL; Hélio Duque — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB; Italo Conti — PFL; José Carlos Martinez — PMDB; José Tavares — PMDB; Léo de Almeida Neves — PDT; Luiz Antônio Fayet — PFL; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PFL; Oscar Alves — PFL; Osvaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Renato Loures Bueno — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

**Santa Catarina**

Artenr Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PFL; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

**Rio Grande do Sul**

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Baíthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Harry Sauer — PMDB; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélis Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Oly Fanchin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratiní de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Victor Faccioni — PDS.

**Amapá**

Antônio Pontes — PFL; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PMDB.

**Roraima**

Alcidês Lima — PFL; João Batista Fagundes — PMDB; Júlio Martins — PMDB; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — As listas de presença acusam o comparecimento de 59 Srs. Senadores e 409 Srs. Deputados.

Há número regimental.  
Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

**O SR. FERREIRA MARTINS** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Concedo a palavra ao Deputado Ferreira Martins.

**O SR. FERREIRA MARTINS (PDS — SP. Sem revisão do orador.)** — Pela evidente falta de quorum, particularmente dos Srs. Senadores, solicitaria o levantamento da Sessão. Solicitaria verificação de quorum.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — É uma questão de ordem levantada. Vou mandar apurar se há ou não número na Casa. Temos que fazer a verificação, de acordo com o Regimento.

**O Sr. Luiz Henrique** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Concedo a palavra ao Deputado Luiz Henrique.

**O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB — SC. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, gostaria de saber se V. Ex<sup>a</sup> decidiu fazer a verificação.

Pediria a V. Ex<sup>a</sup> que suspendesse a sessão por 10 minutos, acionasse a campanha para chamar os parlamentares, e fizesse a votação na Câmara pelo sistema eletrônico.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Vou fazer a verificação, mas, até agora, não sei se o sistema eletrônico está funcionando.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** — V. Ex<sup>a</sup> poderá fazer a verificação após chamar os congressistas.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Vou suspender a sessão por 10 minutos, acionando as campanhas, para que possa haver quorum.

Está suspensa a sessão.

*(Suspensa às 19 horas e 57 minutos a sessão é reaberta às 20 horas e 7 minutos)*

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Está reaberta a sessão. A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem assento em seus lugares, registrando no dispositivo próprio, frontal à bancada, seus números de identidade parlamentar.

**O Sr. Roberto Jefferson** — Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> me concederia a palavra para uma reclamação?

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Vamos proceder primeiro à votação; depois V. Ex<sup>a</sup> faz a reclamação.

**O Sr. Roberto Jefferson (PTB — RJ. Sem revisão do orador.)** — É uma reclamação pertinente à Mesa, que cometeu uma injustiça para comigo, que pediria fosse reparada numa certidão publicada pela Mesa do Congresso Nacional. A minha reclamação é sobre esse documento, lavrado pelo meu amigo, Sr. Nerione Nunes Cardoso, que faz uma injustiça para com este parlamentar. Minha reclamação é no sentido de se corrigir essa certidão.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Vamos proceder à votação, e V. Ex<sup>a</sup>, então, terá a palavra para uma reclamação.

A Presidência solicita aos Srs. Deputados que selecionem qualquer botão para a verificação de presença.

A Presidência solicita a todos os Srs. Deputados que acionem simultaneamente o botão preto e a chave giratória que se encontra sob a bancada, do lado esquerdo, conservando-os assim até que a luz amarela indicativa se apague.

Indago se todos os Srs. Deputados já votaram. Apenas para verificação de presenças, os Srs. Deputados já votaram? (Pausa.) Vamos à verificação do resultado: há número na Câmara.

Vamos proceder à verificação no Senado. O Sr. Senador Américo de Souza vai proceder à chamada nominal do Norte para o Sul.

*(PROCEDE-SE À CHAMADA)*

**O Sr. Roberto Jefferson** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Concedo palavra ao nobre Deputado Roberto Jefferson, para uma reclamação.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, no dia 23 de outubro de 1985, às 23 horas, convocado para a continuação da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 43/85, estabeleceu-se o processo de votação e, ao final, o Deputado Bocayúva Cunha, do Rio de Janeiro, requereu à Mesa do Congresso uma certidão que informasse quais os Parlamentares presentes, quais os que votaram a favor e quais os Deputados do Rio de Janeiro que votaram contra a Emenda Jorge Uequet. Meu amigo Nerione me deu uma canelada, porque, Sr. Presidente, eu estava presente, votei com a Emenda Jorge Uequet. V. Exª há de recordar que o requerimento que fez a inversão da ordem de votação, para que pudéssemos votar em primeiro lugar o destaque para a Emenda Jorge Uequet, encaminhado em nome do Partido Trabalhista Brasileiro, foi feito por mim. Infelizmente, a certidão me dá como ausente. E o meu amigo Bocayúva Cunha, do Rio de Janeiro, manda colocar, na Cinelândia, um placar me pichando e dizendo que eu não compareci à votação. Pediria à Mesa que corrigisse esse mal-entendido — meu amigo Nerione sem querer me deu uma canelada — para que eu possa levar ao Rio de Janeiro uma certidão corrigida e corrigir uma certidão que me está prejudicando no meu Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Sr. Deputado, tenho que mandar verificar nos registros da Casa o seu comparecimento, ou não, durante a votação da Emenda Uequet, e será corrigido, ou não, de acordo com essa informação.

**O Sr. Wilmar Palis** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Qual é a reclamação de V. Exª? Fundamentada em quê?

**O SR. WILMAR PALIS** (PDS — RJ. Sem revisão do orador.) — Ela é procedente, Sr. Presidente. Sempre soubemos respeitar o trabalho de V. Exª que há também de concordar em que minha reclamação é procedente. Na verificação da presença, mais uma vez o sistema eletrônico falhou, como tem falhado com o Presidente Ulysses Guimarães. Estávamos presentes, atestamos a nossa presença pelo sistema eletrônico, e esse atestado não foi corroborado pelo painel eletrônico. Quero declarar a V. Exª que a minha presença é inofensível, inalienável, imposterável, e quero que V. Exª anue a esta minha reclamação, que é de todo procedente. E Diretas Já, Sr. Presidente, para salvação da nossa Nação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Com a palavra o Deputado Marcondes Pereira.

**O Sr. Bocayúva Cunha** — Sr. Presidente, peço a palavra, porque fui citado nominalmente pelo Deputado Roberto Jefferson. Não sei qual o artigo do Regimento Comum que me dá essa prerrogativa. Agradeço a V. Exª a gentileza.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. BOCAYUVA CUNHA** (PDT — RJ. Pronúncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, realmente anunciei aqui, ao ensejo da votação do projeto da anistia, que colocaria na Cinelândia um painel com o nome de todos os Deputados do Estado do Rio de Janeiro, esclarecendo como fora a sua votação. Se estavam presentes, com a observação se tinha votado contra ou a favor da anistia. Se ausentes, se estavam ou não licenciados. Mas para que isso correspondesse exatamente à verdade e revelasse realmente, com toda a exatidão, a veracidade dos fatos, que tive o escrúpulo de requerer a V. Exª uma certidão a respeito, e que me foi fornecida pela Mesa do Senado. Fiz, então, um painel baseado nessa certidão, conforme eu havia prometido. Estou dando essa explicação porque o Deputado Roberto Jefferson fez uma reclamação, e eu lhe disse: V. Exª, Deputado, faça reclamação à mesa, pois está aqui a certidão, e V. Exª não consta na mesma como tendo votado naquela ocasião.

Obrigado a V. Exª Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Há número no Senado.

Como há oradores inscritos, concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Pereira.

**O SR. MARCONDES PEREIRA** — Desisto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Concedo a palavra ao Deputado Dilson Fanchin.

**O SR. DILSON FANCHIN** (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o último dia 15 de novembro foi expressivo para o nosso partido em todo o território nacional. Em 201 cidades onde houve eleições, o PMDB teve a felicidade de alcançar a vitória esmagadora em mais de 150 Municípios. Congratulo-me aqui, em especial, com o Governador do meu Estado, José Richa, pois dos 13 Municípios paranaenses onde houve eleições, vencemos em todos. No Paraná, o PMDB continua unido, e assim iremos continuar, contribuindo para a grandeza desse partido também no Congresso Nacional.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, conhecidos os resultados do pleito de 15 de novembro, devemos fazer uma avaliação serena e desapaixonada sobre os seus efeitos em nosso sistema político, abstenho-me de considerar os entrosques inevitáveis que a porfia desencadeou pela natural exacerbação dos ânimos.

Podemos afirmar, com toda a convicção, ter havido um grande vencedor: a democracia brasileira. Não foi sem propósito que o inolvidável Tancredino Neves sempre insistiu na realização das eleições nas Capitais e em outros Municípios que tiveram sua cidadania cerceada pelo longo regime de arbítrio, já no primeiro ano da Nova República. Seu desejo era o de ungrir o seu Governo no batismo cívico das urnas, resgatando-se a imensa dívida política, para com o povo. Entendia, o sábio estadista, que sequer sua eleição pelo Colégio Eleitoral, muito embora apoiada consagradoramente pela Nação no testemunho das praças públicas, onde seu nome era vibrantemente aclamado, estaria ungida pela legitimidade, eis que o exercício pleno da democracia se faz através do voto popular. Daí considerar inadiável que fosse quebrado o prolongado jejum eleitoral que privou as populações das Capitais dos Estados, Municípios considerados área de segurança e estâncias hidrominerais, do seu sagrado direito de escolher o governo local.

A Aliança Democrática cumpriu aquele solene compromisso de Tancredino, não consentindo que prevalecessem certos argumentos de ordem lática argüidos por alguns setores, segundo os quais a realização das eleições neste ano de 1985 poderia ser contraproducente para a unidade das forças que conquistaram o Governo a partir de 15 de março e que dão sustentação ao Presidente José Sarney.

O tempo provará que as aves do mau agouro estavam equivocadas nos seus vaticínios desagregadores. Não houve nem vencidos e nem vencedores. Ganhou a democracia, fortaleceram-se as instituições.

Devemos recordar que a Aliança Democrática se constituiu no primeiro e mais importante pacto de cu-

nho político dos últimos 25 anos, se tomarmos por referência o grande acordo nacional em torno do parlamentarismo como fórmula de conciliar as correntes que se opunham à posse do Presidente João Goulart.

Começando por Minas Gerais, esse grande pacto assumiu dimensões maiores, espraiando-se por todo o País, assumindo extraordinária força, tornando-se capaz de derrubar o famigerado regime ditatorial.

As vitórias do PMDB e os sucessos do Partido da Frente Liberal representam lídima conquista da Aliança Democrática, a que se pode juntar o êxito dos candidatos do PDT e do PTB, pois são todas siglas identificadas com o projeto de transição que a sociedade brasileira reclama. Aparentes fissuras de feições regionais são insuscetíveis de quebrar a coesão dessas forças políticas, eis que seu desiderato final é a implantação de uma verdadeira e pujante democracia no Brasil.

Não há retrocessos e nem "volta ao passado" com a vitória desse ou daquele candidato. A democracia é uma porta aberta a todos os competidores, sejam eles homens de mais vasta bagagem eleitoral ou de recente participação na vida política. O que não se pode é querer compartimentalizar em limitado tempo o direito de alguém em postular um posto eletivo. Incurrer-se-ia, então, numa nominável discriminação, profundamente atentatória aos princípios democráticos.

A democracia faz do povo o supremo julgador dos homens públicos. Respeitemos, pois, o seu veredicto no pretório das urnas. Façamos da posteridade a única e derradeira instância julgadora dos atos da nossa geração.

Dediquemo-nos, agora, ao dever de dar à Nação importantes leis, como a da convocação da Assembleia Nacional Constituinte, a Lei Orgânica dos Partidos Políticos e a Reforma Tributária, responsabilidade que avulta da importância diante do escasso tempo que o Congresso Nacional dispõe, em face da proximidade do recesso parlamentar, a 5 de dezembro.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Farabulini Júnior.

**O SR. FARABULINI JÚNIOR** (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, desejo utilizar esses poucos minutos para fazer-lhe uma solicitação especial no sentido de que coloque na pauta projeto de emenda constitucional de minha autoria, nº 33, que restitua aos cabos e soldados das polícias militares dos Estados o direito de votar.

Sr. Presidente José Fragelli, Srs. Senadores, nobres Srs. Deputados, não é curial e não tem nenhum sentido histórico negar aos cabos e aos soldados das polícias militares o direito ao voto, no momento exato em que o Congresso Nacional houve por bem, no tempo certo, atribuir aos analfabetos esse direito.

Verificou-se, Srs. Congressistas, que os analfabetos, infelizmente, por enquanto, não compareceram em massa para o competente registro, a fim de que pudessem votar. Não optaram pelo direito de votar. Mas, se V. Exªs promoverem uma pesquisa real, hão de verificar que os cabos e os soldados das polícias militares, um a um, uníssonos, manifestam numa só voz o desejo de participar do jogo político brasileiro. Não tem cabimento que se lhes negue, através das lideranças desta Casa, o direito de participar, votando e decidindo, numa democracia que avança e procura alcançar o seu destino histórico. As lideranças do Partido Trabalhista Brasileiro, do Partido Democrático Social, do Partido dos Trabalhadores, do Partido Comunista do Brasil, do Partido Comunista Brasileiro, do Partido Democrático Trabalhista já assinaram petição solicitando que se possa votar a matéria. Estamos na dependência apenas dos partidos majoritários desta Casa: Partido do Movimento Democrático Brasileiro e Partido da Frente Liberal. Assim, apelo para os Líderes Pimenta da Veiga, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, e José Lourenço do Partido da Frente Liberal, no sentido de que compareçam e assinem a petição ao preclaro Presidente do Congresso Nacional, democrata autêntico e que deseja, percebo ver votada a menda desta Casa. Sei também que Senadores e Deputados jamais deixarão de dar o seu apoio a esta propositura. Ahá, as emendas, de minha

autoria, do Deputado Armando Pinheiro e do Deputado Samir Achôa.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — O tempo de V. Ex<sup>a</sup> está esgotado.

**O SR. FARABULINI JÚNIOR** — Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Adail Vettorazzo.

**O SR. ADAIL VETTORAZZO** (PDS — SP Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, antes de iniciar o meu discurso, gostaria de esclarecer aos economiários aqui presentes que o Partido Democrático Social está integralmente solidário com suas reivindicações. Por uma questão de justiça, os servidores da Caixa Econômica Federal, que representam uma elite dentro do funcionalismo público, não podem, evidentemente, continuar exercendo funções idênticas às dos bancários e trabalhando oito horas por dia. (Palmas nas galerias). Gostaria também de dizer aos economiários que ainda agardamos a palavra da Liderança do PMDB, mas temos certeza de que o Líder Pimenta da Veiga irá compreender a justeza das aspirações dos economiários de todo o Brasil e fará entrar na pauta a matéria, para que possamos votá-la. Desde o início esclareço que na Ordem do Dia das duas Sessões do Congresso que teremos esta noite não figura o projeto de interesse dos economiários. Portanto, este não será discutido esta noite (Palmas nas galerias.)

Sr. Presidente, um fato gravíssimo ocorreu no Maranhão nesses últimos dias, durante a campanha eleitoral, e só posso iniciar meu pronunciamento pedindo ao Sr. Presidente da República que demita com urgência o Sr. Fernando César Mesquita, da sua Secretaria de Comunicações

**O Estado de S. Paulo**, em manchete do dia 19, diz: "Assessor de Imprensa inventa "terror" no MA."

É sumamente grave o que aconteceu naquele Estado. Leio textualmente a notícia de **O Estado de S. Paulo**.

A notícia de que a casa do Presidente, na praia do Calbau, havia sido assaltada, transmitida de São Luís, na segunda-feira, foi inicialmente minimizada pelo Secretário de Imprensa da Presidência. Ele atribuiu o fato a "dois ladrões comuns, meros ladrões de galinhas, já identificados". No dia seguinte, o próprio porta-voz procurou os jornalistas para transmitir "novas informações" sobre o incidente, desde que seu nome não fosse citado como a fonte. Foi quando revelou ter recebido do Presidente Sarney, "ainda há pouco", a informação de que os estragos na casa foram causados pelo pessoal da "Freguesia do Ó", levado a São Luís por Maluf, a pedido do ex-Governador João Castelo. Sarney também teria dito que, segundo relatório do SNI que acabara de receber, a intenção dos malufistas era a de prejudicar Jayme Santana, apoiado pela família Sarney, e desmoralizar o Presidente em seu próprio Estado

Na quarta-feira, ao receber parlamentares, o Presidente tentou evitar o assunto, dizendo que o assalto foi "coisa de banhistas desocupados e ladrões comuns". Para o líder do PFL no Senado, ele garantiu que "tudo já estava solucionado, pois era coisa sem importância". A noite, o ministro chefe do SNI, general Ivan Mendes, foi visto, por jornalistas, pela primeira vez irritado. Ele garantiu que desconhecia a versão de atentado terrorista, que o SNI não havia feito nenhum relatório ao Presidente e que o que havia de concreto era um pedido para que o Departamento de Polícia Federal apurasse o fato. "Tudo o que está nos jornais é mentira" — assegurou Ivan Mendes. "Então o senhor concorda que tem gente querendo agitar a eleição em São Luís?" "É possível — respondeu o general — "só que eu não posso fazer o jogo de nenhuma das facções"

Vejam, Srs. Senadores e Srs. Deputados, a gravidade dessa informação de **O Estado de S. Paulo**. Seria mesmo o caso de o Congresso Nacional mandar investigar a fundo o acontecimento, porque o Sr. Fernando César

Mesquita envolveu, nas suas declarações, o Sr. Presidente da República pessoalmente e o Sr. Ministro Chefe do SNI. Ele é um irresponsável e não pode continuar na Secretaria de Comunicações do Palácio. Estou aqui para protestar e o faço com a maior veemência, porque o Sr. Fernando César Mesquita, que uma vez já recomendou ao Líder Pimenta da Veiga e ao Presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, que usassem Gelol, esse mesmo jornalista tem agora a petulância de armar um caso seriíssimo, que envolve declarações do Presidente Sarney que, tenho certeza, não foram prestadas.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Nobre Deputado, o tempo de V. Ex<sup>a</sup> esgotou-se.

**O SR. ADAIL VETTORAZZO** — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e, ao encerrar, gostaria mais uma vez de registrar nosso protesto e exigir do Sr. Presidente da República a demissão imediata do Sr. Fernando César Mesquita.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Dimas Perrin.

**O SR. DIMAS PERRIN** (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, informo aos nobres colegas, neste momento, que recebi hoje uma comunicação dos meus amigos economiários de Belo Horizonte delegando-me poderes para participar dos entendimentos que os funcionários da Caixa Econômica Federal de todo o Brasil realizam nesta Capital, tendo em vista o atendimento das suas reivindicações. Como já foi dito nesta tribuna, os economiários pleiteiam o direito de trabalhar apenas seis horas, a exemplo dos seus demais colegas bancários, como também o direito à sindicalização devida a todos os trabalhadores

O orador que me antecedeu, o nobre Deputado Adail Vettorazzo, declarou da tribuna que o PDS, partido que tão bem representa, vai apoiar o projeto de lei que concede tais direitos aos nossos companheiros economiários

Hoje, a bancada do PMDB, reunida, aprovou, também, por unanimidade, decisão em favor dessas reivindicações (Palmas nas galerias.) Devo dizer que durante a reunião o nosso Líder Pimenta da Veiga demonstrou todo seu interesse em que tais postulações fossem atendidas, dando conhecimento dos entendimentos que então se processavam

Neste momento, porém, faço questão de ressaltar a lição que devemos tirar de todos os acontecimentos. Os economiários vêm lutando por essas reivindicações desde o ano passado. Hoje, eles já podem antever a vitória. A lição que se tira é a da persistência na luta pelos seus direitos. Mesmo naqueles momentos em que havia incompreensões, dificuldades, em que temiam, talvez, que não pudessem alcançar todas as suas aspirações, não desanimaram e continuaram lutando. Hoje, verificam que há entendimento entre seus companheiros, o Governo e o Poder Legislativo no sentido de que suas reivindicações sejam atendidas. Dessa grande experiência deve ser tirada a lição que todos os trabalhadores devem adotar na sua conduta. Muitas vezes não conseguimos conquistar tudo que desejamos num determinado momento, mas isso não quer dizer que devamos parar a luta; é preciso dar prosseguimento. Eles deram prosseguimento à sua luta e agora já sabem que sairão vitoriosos. Sei de outras categorias que também estão lutando por outros direitos; no entanto, sabem que não vão conquistar tudo de uma vez. A esses aconselho, com a experiência dos companheiros economiários, que não desanimem, que persistam, que por mais difíceis que sejam as circunstâncias em que se encontram, por maiores que sejam os obstáculos, prossigam na sua luta, porque hão de vencer, desde que estejam com a razão.

O tempo é novo. O Governo atual é diferente do anterior, quando os trabalhadores e todos aqueles que reivindicavam os seus direitos eram tratados a patas de cavalo ou levados às prisões. O Governo de hoje procura manter o entendimento e é isso que caracteriza o regime democrático. Portanto, em vista das manifestações que hoje ouvimos nesta Casa, principalmente as dos colegas do PDS, que, agora, depois de tudo o que aconteceu, também estão a favor dos trabalhadores, temos certeza

de que os economiários terão aprovadas todas as suas reivindicações.

Felicidades para todos (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Raul Bernardo.

**O SR. RAUL BERNARDO** (PDS — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, recebemos de um grupo de funcionários do Serviço Federal de Processamento de Dados correspondência cujo teor é o seguinte:

"Rio, 19-9-85

Exm<sup>o</sup> Sr. Deputado Raul Bernardo

Prezado Senhor

Considerando o exposto no Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 1985 (nº 4.869-B, de 1984, na Casa de origem), solicitamos de Vossa Excelência sua compreensão e apoio para que o funcionário do Serviço Federal de Processamento de Dados — SERPRO, diplomado em curso superior e que, sendo ocupante de cargo de nível superior, exerça suas funções no Ministério da Fazenda, seja aproveitado na carreira de Auditoria do Tesouro Nacional, no cargo de Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional.

Atenciosamente. — Anna Maria Leuzinger — Angela Prenholatto — Armando Figueiredo Barbosa — Arthur Lopes de Miranda — Áurea Gomes da Cruz — Cândida Maria Tourinho Zonis — Cyntia Maria de Lemos — Diolinda Gonçalves Pereira da Silva — Eduardo José Kamp — Fernando Raposo Nogueira — Francisco Carlos Neves — Germano Lobato — Geraldo Antonio Torres Borges — Izaura Lima Maciel Soares — Jaime Eduardo Zurita Viteri — João Paulo Arzua Heredia Sá — José Carlos Stutzel de Carvalho — José Rubeus de Oliveira Diniz — Luiza Mendonça Salerno — Luiz Armando Maia — Maria do Carmo Vilhena Vaz da Costa — Maria da Conceição Berardo C. da Cunha — Maria das Graças Santana Bastos — Maria Lúcia Severo Pestana — Mário Moura — Olga Maria de Paula Pereira — Paulo Biancardi Coury — Plínio José de Freitas T. Martins — Ronaldo Pinto Maia — Rosali de Paula Pereira — Sandra Maria Barbosa — Sara Segal — Sebastião José Loureiro Comparato — Selma Regina Ferreira Coelho — Sérgio Campos — Sidnei Pacheco de Melo — Sônia de Argolo e Castro Santos — Valquíria S. Mac-Dowell Gonçalves — Ana Mantel — Josuneo Evaristo de Araújo — Maria Lúcia Americana — Ari Celso France — Sonia Regina Cruz — Maria Lúcia Rodrigues Ambrósio — Kátia Tavares Bittencourt — Roberto Gonçalves Oliveira — Marcos Oliveira Valente — João Carlos Duarte Figueiredo — Flávio de Oliveira Dantas — Vera Lúcia Wanderley Aguiar — Marilza Strong Rodrigues."

Manifestamos, nesta oportunidade, nossa solidariedade ao pleito deste grupo de funcionários do Ministério da Fazenda, e pedimos inserção nos Anais do Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Glóia Júnior.

**O SR. GLÓIA JÚNIOR** (PDS — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, embora os Evangélicos no Brasil já tenham atingido uma porcentagem de 20% em relação à população do País (portanto uma comunidade de cerca de 25 milhões de pessoas), nessa designação de "Evangélicos" estando incluídos todos os grupos Batistas, todos os grupos Luteranos, todos os grupos Pentecostais, todos os grupos Presbiterianos e todos os grupos Metodistas e ainda outros, contudo seus líderes espirituais, os Pastores, ainda sofrem certas discriminações odiosas e inaceitáveis.

Neste pronunciamento, desejo apenas abordar uma delas, qual seja, a dificuldade que um Pastor normalmente enfrenta para visitar doentes sob seus cuidados espirituais em hospitais, sejam oficiais, sejam particulares

Essa discriminação, Sr. Presidente, que decorre principalmente do preconceito, fruto da ignorância, por par-

te das autoridades responsáveis pelos hospitais, que ainda aceitam somente o Sacerdote Católico Romano como sendo autoridade espiritual, precisa ser urgentemente removida de nossa vivência diária.

Não há lei que proíba a entrada de um Pastor Evangélico em hospital a qualquer hora, desde que o paciente tenha necessidade de sua presença junto ao leito; pelo contrário, toda a nossa legislação garante ao Pastor as mesmas liberdades de que gozam os outros líderes religiosos. Acontece, entretanto, na prática, que em todo o Brasil, e especialmente nas pequenas comunidades, nas quais é mais sentida a aceitação única da autoridade do Padre, um Pastor Evangélico é muitas vezes barrado à entrada de um hospital, simplesmente porque não é hora de visitação pública, sem que se lembrem os responsáveis pelo nosocômio de que há ali um doente, que é fiel de uma Igreja Evangélica, e que necessita, tanto quanto os outros, da presença de seu Pastor, para conforto espiritual. Isto acontece, às vezes, até em casos extremos de proximidade da morte. E muitos pacientes evangélicos morrem sem assistência espiritual do Pastor.

Estou aqui, portanto, para solicitar às autoridades competentes, mais uma vez, a adoção de medidas práticas e urgentes, no sentido de que todos os líderes religiosos, de todas as confissões espirituais, tenham, em todos os hospitais do Brasil, a mesma facilidade de poder visitar os fiéis de sua comunidade religiosa sempre e quando houver necessidade, não importa a hora do dia, o dia da semana ou as circunstâncias.

Fra o que tinha para dizer.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Encerrado o período de Breves Comunicações, concedo a palavra, como Líder, à Deputada Irma Passoni.

**A SR. IRMA PASSONI (PT — SP. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, gostaria de registrar rapidamente que ontem, na reunião das Lideranças de todos os partidos, o Líder do MDB informou que o projeto dos economiários entraria na pauta, só que com duas condições: em primeiro lugar, o benefício vigoraria somente a partir de 1º de janeiro de 1987 e, em segundo lugar, que definida a questão da sindicalização.

A respeito da presença do Deputado Luís Dulci há pouco na reunião com os economiários, gostaríamos de esclarecer que o Partido dos Trabalhadores defende dois pontos fundamentais. Primeiro: não é possível que o Governo necessite do prazo de um ano para fazer os concursos e arrumar a casa da Caixa Econômica para depois conceder-lhes as seis horas diárias de trabalho. Por quê? Porque um ano é demais. É possível a curto prazo fazer concursos, acomodar os funcionários e imediatamente dar-lhes os direitos há muito tempo merecidos, porque são bancários como os demais, e os seus direitos deve ser-lhes assegurados imediatamente, pois foram conquistados, não é presente.

Portanto, duvidamos das reais intenções do PMDB e exigimos que o projeto que trata dos interesses dos economiários seja colocado imediatamente em votação e seja respeitada a maioria nesta Casa. Apoiamos integralmente a implantação de seis horas diárias de trabalho para os economiários imediatamente, pois consideramos o prazo de um ano demasiadamente longo. Quanto ao direito de sindicalização, o Sindicato dos Bancários existe e é reconhecido no Brasil. Por que apenas os funcionários da Caixa Econômica, órgão federal, não podem ser sindicalizados? O Partido dos Trabalhadores apresenta projeto de lei dando-lhes o direito de sindicalização, mas, ao mesmo tempo, votará com a proposta original do Deputado Léo Simões, concedendo aos economiários o direito imediato às seis horas diárias. Esta é a afirmação do Partido dos Trabalhadores.

Uma outra questão. Temos em pauta uma série de projetos importantíssimos, mas queremos deixar claro, no caso do Orçamento, que esperamos seja esta a última vez que o Governo da Nova República encaminha — ou, como lembra o nobre Líder em exercício do PMDB, que seja a primeira e única — Lei de Meios elaborada pelo Executivo entre quatro paredes, sem uma ampla divulgação, sem dizer como efetivamente vai encaminhar

a solução do déficit orçamentário. Não basta planejar o que vai gastar, o importante é dizer como cobrirá esse déficit. É o desafio e a tarefa de quem está no Governo.

Mais ainda é importantes que se revogue de vez um projeto de lei de 1964, que impede esta Casa de emitir parecer na elaboração do Orçamento. Por quê? Já disse hoje de manhã e quero repetir: a razão de ser dos Parla-mentos no mundo inteiro é terem eles o poder de fiscalização e de iniciativa orçamentária, porque não é possível impedir esta Casa de se pronunciar sobre questões fundamentais, como é a questão orçamentária do Brasil.

Queremos deixar claro que Parlamento brasileiro realmente terá de lutar para implantar definitivamente as suas prerrogativas, e uma delas é a reconquista do direito de legislar sobre matéria orçamentária.

**O Sr. Rubens Ardenghi** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma Comunicação de Liderança.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Eu já havia concedido a palavra, como Líder, ao nobre Deputado José Mendonça de Moraes antes de V. Exª. Se V. Exª pede a palavra também nessa condição, eu a concederei logo após.

**O Sr. Rubens Ardenghi** — É evidente, V. Exª ouviu plenamente.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Mendonça de Moraes, para uma Comunicação de Liderança, e em seguida dá-lhe a V. Exª.

**O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS (PMDB — MG. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, hoje Deputados do PDS defendem uma postura até então inédita. Ouvimos há pouco, da tribuna, o Deputado Adail Vettorazzo dizer que o PDS no momento está propenso a apoiar o projeto dos economiários.

É bom que a Nação saiba que o Projeto nº 4.111-A de 1984, foi apresentado pelo Deputado Léo Simões, até então, sem manifestação favorável do PDS para aprová-lo. Somente depois que o Líder do PMDB, Deputado Pimenta da Veiga, em entendimento com as lideranças do movimento dos economiários acertou na semana passada o momento oportuno de encaminhar o requerimento de urgência assinado por todos os líderes partidários à Mesa da Câmara dos Deputados, é que vêm alguns Deputados do PDS dizer que assumem, agora, esse compromisso.

Ficamos satisfeitos em saber que também eles estão agora voltados para a defesa dos direitos trabalhistas no Brasil, enquanto durante vinte anos massacraram os trabalhadores brasileiros.

O Líder do PMDB e o PMDB, por meu intermédio, neste instante, informam à Casa que já se encontra na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados o requerimento de urgência, que está na fila, aguardando para ser votado no momento certo, depois que outros que estão na frente sejam considerados.

E ainda mais: esse projeto terá o nosso apoio, com emenda, estando já combinado e acertado aprovarmos o projeto ainda este ano, mas com um substitutivo, uma pequena emenda — que já foi acordada com a liderança dos economiários — dizendo que a sua vigência terá início em 1º de janeiro de 1987.

Imediatamente após, este ano ainda, o próprio partido do Governo apresentará projeto autorizando a sindicalização dos economiários, que é um dos seus pleitos. Dentro da temática do PMDB, que é Governo hoje, e deseja fazer prevalecer o direito de todos os empregados de se sindicalizarem, vamos encaminhar dita proposição.

Mais ainda, devo dizer ao Congresso, à Nação e aos senhores economiários que o PMDB juntamente com outros partidos, que até há pouco faziam oposição à Velha República, temos o compromisso de, dentro do equilíbrio nacional, fazer votar leis que venham responder às necessidades fundamentais dos trabalhadores. Não é o PDS agora que vai querer locupletar-se à custa dos verdadeiros partidos que sempre defenderam — e o farão sempre — o direito dos empregados. Esses, que hoje querem transformar-se em beneficiários, eram os

algozes dos operários brasileiros, haja vista os Decretos-Leis nºs 2.024, 2.045, 2.037, 2.036 e 2.065, que corromperam terrivelmente o poder aquisitivo dos nossos operários. Não é agora que a Nação vai ouvir aqueles que não têm mais respaldo popular nas eleições e querem fazer demagogia com o povo brasileiro, votando favoravelmente as matérias que, antes, eram espezinhadas por eles.

Sr. Presidente, Srs., Congressistas, o PMDB quer informar ainda à Casa que este projeto, constante do item 82 da Ordem do Dia da Câmara, já está em pauta há muito tempo, quando sabemos que existem mais 132 projetos para serem apreciados. Sendo este de número 82 da pauta, há, portanto, depois dele 51 projetos.

Esta é a posição do PMDB no Congresso.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Rubens Ardenghi.

**O SR. RUBENS ARDENGHI (PDS — RS. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, pergunto a V. Exª se na qualidade de Presidente do Congresso Nacional tomou conhecimento das notícias há pouco veiculadas pelo *Jornal Nacional*, relativamente à intervenção nos bancos Comind, Auxiliar e Maisonave, que apresentavam rombos de 6 trilhões e 800 bilhões de cruzeiros. (Pausa.) Certamente, pelo silêncio de V. Exª e pelo desconhecimento demonstrado pelos Srs. Parlamentares, o Congresso Nacional — como de resto toda a Nação — não teve conhecimento necessário por parte das autoridades monetárias, que preferiram fazer esta intervenção após as eleições de 15 de novembro, esquecendo-se de que o povo está com as suas contas bloqueadas e que estas serão liberadas apenas a partir do dia 2 de dezembro de 1985.

Ora, Sr. Presidente, a descon sideração para com V. Exª e para com todo o Congresso Nacional, já se está tornando um hábito na chamada Nova República do PMDB e do PFL. Não sei se isto se deve aos resultados negativos obtidos nas eleições municipais, especialmente nas grandes Capitais brasileiras. É uma descon sideração para com o investidor, com o correntista e conosco, Parlamentares, que representamos a Nação e o povo brasileiro. As autoridades da chamada Nova República repetem exatamente os mesmos vícios da Velha República, porque 6 trilhões e 800 bilhões de cruzeiros não são achados a qualquer momento e não estão à disposição de qualquer um V. Exª deve inclusive reagir, em nome do Congresso Nacional, para que o respeito, a consideração à Casa do povo, seja um fato habitual na vida democrática brasileira. Mais uma vez os detentores do Poder, o Governo do PMDB que aí está, talvez ainda entristecidos pelos reverses eleitorais que sofreram em todo o País, tomam uma atitude sem considerar os legítimos representantes do povo.

Como se isto não bastasse, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, fica no ar a expectativa de termos outros bancos estatizados, de haver mais uma estatização no setor bancário nacional, como ocorre nos mais variados setores da nossa economia. Justamente aqueles que hoje são privilegiados — banqueiros, grandes empresários e empresas multinacionais — que financiaram essas campanhas eleitorais caríssimas do PMDB e do PFL por todo este País, certamente vão querer cobrar a conta, apresentar a fatura aos detentores do Poder.

Aqui ficou registrada, Sr. Presidente, em nome do PDS, a nossa mais veemente inconformidade com a descon sideração das autoridades monetárias deste País, que intervieram em três grandes bancos privados brasileiros, deixando, mais uma vez, o poupador, o correntista, os seus sofridos funcionários e a Nação brasileira no descrédito, na desesperança. Espero de V. Exª uma palavra em que manifeste, em nome desta Casa, a falta de compreensão, de tolerância e até de respeito das autoridades monetárias da Nova República.

**O Sr. Celso Barros** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação de Liderança, em nome do PFL.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Tem a palavra V. Exª.

**O SR. CELSO BARROS (PFL — PI. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em verdade

a Liderança do PDS está encantada em face das descobertas que ora vem de fazer através de publicações do jornal *O Estado de S. Paulo*, no tocante a episódios que teriam ocorrido em São Luís e dos quais tratou o Secretário de Imprensa da Presidência da República. O arroubo desses oradores faz-nos entender que estão movidos do espírito de renovação, o que significa o esquecimento de todo um passado que ainda está presente na memória de todos os brasileiros.

Agora, por último, vem uma denúncia, naturalmente vestida de uma roupagem que a imaginação vai desenvolver e fixar. Um ato de intervenção do Governo em determinado estabelecimento bancário não é precedido de consultas a qualquer órgão da administração pública; porque muitas vezes se impõe pela sua necessidade e pela sua oportunidade. O que seria de lamentar é que o Governo, tomando conhecimento de irregularidades, não tivesse a iniciativa imediata de encaminhar as providências necessárias para salvar o seu crédito e pôr na devida cautela aqueles que entram em relações bancárias. Saber se realmente essas medidas aguardaram a transcorrência das eleições de 15 de novembro é, naturalmente, um processo de imaginação sempre fértil por parte daqueles que, não encontrando motivos sérios para acusar o Governo, se valem de qualquer oportunidade ou pretexto para fazê-lo.

Outro ponto abordado na Comunicação de Liderança, há pouco manifestada pela liderança do PDS, é no sentido de que o Governo estaria declarando o seu empenho e o seu propósito de estatizar a economia brasileira. Ora, sabemos que o mais rigoroso e veemente movimento no sentido de estatizar a economia foi precisamente no período da Revolução. Não condenamos, absolutamente, a estatização. O que condenamos são determinadas formas de realizá-la, muitas vezes invadindo a área privada, quando se deveria deixar esta área agir com ampla liberdade. Em outros momentos, é necessário que a estatização se proceda para que sejam defendidas determinadas áreas da economia nacional. Quanto à interferência a que se referiu a Liderança do PDS, haveremos de aguardar os fatos para que possamos examiná-los concreta e objetivamente, sem paixão e pretextos, que não podem ser admitidos.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Passa-se à

## ORDEM DO DIA

A presente sessão foi convocada para discussão, em turno único, de partes do Projeto de Lei nº 6, de 1985-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1986.

Os subanexos constantes da Pauta da Ordem do Dia de hoje foram incluídos nas sessões conjuntas de 7 do corrente, às dezenove horas, e hoje, às dez horas e trinta minutos, deixando de ser apreciados por falta de **quorum** para o prosseguimento dos trabalhos.

Passemos ao item I

Discussão, em turno único, do subanexo Poder Legislativo — Câmara dos Deputados, tendo

Parecer favorável, sob nº 44, de 1985-CN, da Comissão Mista.

Em discussão.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Adail Vettorazzo para discutir a matéria.

**O SR. ADAIL VETTORAZZO (PDS — SP. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não podemos deixar de discutir matéria da mais alta significação na vida nacional, como é a proposta orçamentária. Não há necessidade alguma de se pensar em votar esta Proposta de Lei Orçamentária hoje ou amanhã, porque temos prazo até 30 de novembro para que esta matéria possa ser discutida e ser votada.

Vejam, Srs. Senadores, Srs. Deputados, que talvez seja este o ato mais importante do legislador: apreciar e discutir o projeto que vem do Executivo, que poderia, evidentemente, ser aperfeiçoado, não fora o autoritarismo da lei. Mas o que disseram os partidos da Nova República, até hoje, sobre as prerrogativas do Congresso?

O que fizeram de fato as Oposições, agora vestidas de Governo, no sentido de permitir que o legislador pudesse emendar, subemendar o projeto do Executivo? Nada, absolutamente nada. As Oposições combateram o autoritarismo enquanto estavam fora do Governo; agora gostam de governar bafejadas pelo próprio autoritarismo. Este hoje é uma sombra que resguarda as Oposições de ontem dos rigores de uma análise mais objetiva dos Srs. parlamentares. O Poder Legislativo, se deseja de fato valorizar-se, tem que ter a possibilidade legal de alterar a proposta orçamentária do Governo. Se não o fazemos, quase sempre por imposições legais, deixamos de examinar o que é de fato a peça vital do Governo da União. Mas pretendemos fazê-lo. E lamentamos, Sr. Presidente, que sejamos, neste instante, obrigados a solicitar a V. Exª o encerramento dos trabalhos por evidente falta de **quorum**.

Sr. Presidente, nos termos regimentais, em face da evidente falta de **quorum**, solicito a V. Exª o encerramento da sessão.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Está V. Exª pedindo que a sessão seja encerrada por falta de **quorum**?

**O SR. ADAIL VETTORAZZO** — Isso é visível aos olhos de V. Exª e de todo o plenário.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — De acordo com o § 2º do art. 29 do Regimento Comum, tenho que fazer outra verificação de **quorum**.

**O SR. ADAIL VETTORAZZO** — A falta de **quorum** é evidente, e outras vezes V. Exª já levantou sessões pelo mesmo motivo. Não há o que contraditar.

**O Sr. Celso Peçanha** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Tenho que fazer a verificação, como já a fiz de outra feita. Se não apurar **quorum**, levanto a sessão.

**O SR. ADAIL VETTORAZZO** — É evidente a falta de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Também era evidente a falta de **quorum** na primeira chamada, mas acionada as campanhas, houve comparecimento de S. Exªs.

**O Sr. Celso Peçanha** — Pela ordem, Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. ADAIL VETTORAZZO** — Sr. Presidente, continuo com a palavra e aguardo a decisão da Mesa sobre minha questão de ordem.

**O Sr. Celso Peçanha** — Sr. Presidente, o nobre Deputado não pode levantar questão de ordem, porque está discutindo a matéria.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Se V. Exª levanta a questão de ordem, vou mandar fazer a verificação.

**O SR. ADAIL VETTORAZZO** — Se V. Exª acha que deve fazê-lo, que o faça, porque eu entendo que V. Exª poderia decidir de plano a minha questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Não vou decidir de plano esta questão sem antes chamando os Srs. Congressistas ao plenário, acionar as campanhas, a fim de que, com número regimental, possamos prosseguir os trabalhos de uma sessão tão importante como esta, em que temos que votar o orçamento da União. Sem verificação não posso encerrar a sessão.

**O SR. ADAIL VETTORAZZO** — V. Exª decidiu a questão, concordamos com V. Exª, Presidente da Casa.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Vou acionar as campanhas. Suspendo a sessão por dez minutos.

*(Suspensa às 21 horas e 10 minutos a sessão é reaberta às 21 horas e 20 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Está reaberta a sessão. A Presidência solicita aos Srs. Deputados que

tomem assento em seus lugares, registrando, no dispositivo próprio frontal à bancada, seus números de identidade parlamentar.

A Presidência solicita aos Srs. Deputados que selecionem seus votos para verificação da presença e, ainda, a todos os Srs. Deputados que acionem simultaneamente o botão preto e a chave giratória que se encontra sob a bancada do lado esquerdo, conservando-os assim até que a luz amarela indicativa se apague.

A Presidência pergunta se todos os Srs. Deputados já votaram. (Pausa.)

Vamos apurar o resultado. Há número para prosseguir.

Agora vamos fazer a verificação, por chamada nominal, no Senado, do Sul para o Norte. O nobre Senador Hélio Gueiros vai fazer a chamada.

**O Sr. Roberto Jefferson (PTB — RJ. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, minha presença não foi consignada no painel.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Não há problema, porque já há **quorum** suficiente.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — O Sr. Senador Hélio Gueiros vai proceder à chamada.

*(Procede-se à chamada.)*

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Não houve **quorum** no Senado.

**O Sr. José Mendonça de Moraes** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Tem V. Exª a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS** — Sr. Presidente, quero indagar de V. Exª se, mesmo em não havendo número no Senado, há algum dispositivo legal para que V. Exª possa convocar, ou não, outra sessão para a data de hoje, pois, pela lógica e coerência, não poderá ser convocada, dada a evidência demonstrada, agora, pela chamada nominal, mesmo quando o art. 51, § 3º, da Constituição diz que:

“Na falta de deliberação dentro dos prazos estabelecidos neste artigo e no parágrafo anterior, cada projeto será incluído automaticamente na Ordem do Dia, em regime de urgência, nas dez sessões subsequentes em dias sucessivos; se, no final dessas, não for apreciado, considerar-se-á definitivamente aprovado.”

Seria uma falta de lógica convocar para imediatamente uma outra sessão, sabendo que o PDS vai novamente pedir a suspensão por falta de **quorum**, pois sabemos previamente que o PDS é useiro e vezeiro nisso. Constitucionalmente, V. Exª também não poderá fazê-lo, motivo pelo qual requiro a V. Exª, pelo PMDB, que não seja convocada outra sessão na data de hoje para não ficar desmoralizada mais uma vez esta Casa.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Sistemáticamente, depois de levantadas as questões que todos sabemos sobre o **jetton**, todas as vezes que não há **quorum**, não convoco outra sessão. (Palmas.)

**O Sr. Roberto Jefferson** — Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo ao Líder do PDS, Adail Vettorazzo, no sentido de que retire esse requerimento. Os Procuradores estão na expectativa da leitura do parecer.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Não há número, Deputado. Se esse procedimento se verificar amanhã, muito bem. Hoje, já é uma questão decidida.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 10 horas, neste plenário, destinada à discussão de parte do Projeto de Lei nº 6, de 1985, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 1986.

Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 21 horas e 24 minutos.)*

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

### Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000
Ano	Cr\$	6 000
Exemplar avulso	Cr\$	50

### Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000
Ano	Cr\$	6 000
Exemplar avulso	Cr\$	50

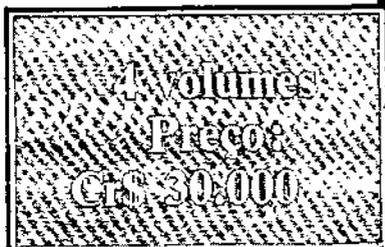
Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do

### Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes – Caixa Postal 1.203 – Brasília – DF  
CEP 70.160

# CONSTITUIÇÃO FEDERAL E CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS

- Textos atualizados, consolidados e anotados da Constituição Federal e das Constituições de todos os Estados.
- Remissões, nas Cartas Estaduais, aos dispositivos da Constituição Federal.
- Notas: redações anteriores e declarações de inconstitucionalidade
- Índice temático da Constituição Federal
- Índice temático geral de todas as Constituições Estaduais



À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas (Senado Federal — 22º andar — Brasília, DF — CEP. 70160)

Encomendas mediante cheque visado pagável em Brasília ou vale postal, a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Atende-se, também, pelo reembolso postal.

# **CÓDIGO DE MENORES**

**(2ª edição - 1984)**

**Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, tramitação legislativa e comparação com a legislação anterior; anotações (legislação, pareceres, comentários) e outras informações.**

**532 páginas — Cr\$ 20.000**

**À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal (CEP 70160 — Brasília-DF), ou através de encomenda mediante vale postal ou cheque visado.**

**Atende-se também pelo reembolso postal**

# PROCESSO LEGISLATIVO

4ª EDIÇÃO

ATUALIZADA E AMPLIADA

1985

Iniciativa das leis e sua tramitação  
Emendas à Constituição, Leis Complementares,  
Leis Ordinárias, Leis Delegadas, Decretos-Leis,  
Decretos Legislativos e Resoluções

Competência

Requerimentos

Comissão Parlamentar de Inquérito

Glossário - Índice temático — Gráficos

450 páginas

Preço: Cr\$ 20.000

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas

SENADO FEDERAL — Anexo 1 — 22º andar

Praça dos Três Poderes 70.160 — Brasília — DF — Fone: 211-3578

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque visado nominal  
à Subsecretaria de Edições Técnicas ou de vale postal da EBCT.

Atendemos, também, pelo sistema de reembolso postal.

**Centro Gráfico do Senado Federal**  
**Caixa Postal 07/1203**  
**Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS**

**PREÇO DESTA EXEMPLAR: Cr\$ 50,00**